

FACULDADES INTREGADAS RIO BRANCO
Projeto de Iniciação Científica

“Fundo Público, dívida pública e apropriação do Estado: a política econômica brasileira na ordem neoliberal”.

ERIVANDO RODRIGUES INACIO

SÃO PAULO-SP
2016

ERIVANDO RODRIGUES INACIO

“Fundo Público, dívida pública e apropriação do Estado: a política econômica brasileira na ordem neoliberal”.

Projeto de Iniciação Científica realizado nas
Faculdades Integradas Rio Branco

Orientador: Prof. Ivan Jacob

SÃO PAULO
2016

Introdução

O presente trabalho busca analisar o modelo macroeconômico brasileiro, com específica ênfase no papel desempenhado pela dívida pública, colocado em prática no ano de 1999 até 2002, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), após a quebra da política de “âncora” cambial. Esse mesmo modelo é adotado de 2002 em diante no governo Luís Inácio Lula da Silva (Lula).

FHC marca a consolidação do Neoliberalismo no Brasil. O mundo se desenha para o modelo de políticas neoliberais e na América Latina da década de 1990 há entrada desse modelo. Não é um exagero descrever o neoliberalismo como hegemônico no mundo. O modelo neoliberal atinge amplamente as ideias a ponto de influenciar além das políticas econômicas e sociais, afetando também a maneira de vida no cotidiano dos indivíduos. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes (ANDERSON, 1995, p. 23).

É por meio do Consenso de Washington que se percebe a introdução do neoliberalismo na América Latina. Foi um encontro entre instituições como o Banco Mundial e o FMI, o governo norte-americano e países da América Latina para equacionar o problema da dívida externa e um modo de financiar o déficit dos países latino americanos. O que também é discutido no Consenso é a globalização financeira.

Problema

O problema central de análise está em entender o aumento da dívida pública e apropriação do fundo público, dentro da estrutura do Estado. Ademais, analisar a lógica neoliberal influenciando as políticas

para inserção e apropriação da classe financeira dentro do Estado, dado que o modelo macroeconômico adotado favorece o capital.

Hipótese

O diagnóstico é de que o modelo neoliberal macroeconômico favorece a acumulação capitalista. É isso que explica recentes convergências pragmáticas entre PT e PSDB, o aparente paradoxo de que o governo Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o: não se trata de equívoco, nem de tomada de empréstimo de programa, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do “mapa da mina” (OLIVEIRA, 2003, p. 147). O tripé macroeconômico de metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante remete à criação de uma estrutura de financiamento da acumulação capitalista.

Desenvolvimento

Os meios de exploração capitalista sempre foram embasados na extração do excedente da mais-valia produzida pelos trabalhadores. No mundo contemporâneo há mais uma forma adicional, a apropriação do fundo público. Segundo Oliveira (1998), suas origens estão no padrão de financiamento público do capitalismo que advém com o Welfare State e suas políticas anticíclicas de matriz keynesiana. Desta forma, em uma sistematização dialética, o fundo público passa a ser tanto pressuposto do financiamento de acumulação de capital como o do financiamento da reprodução da força de trabalho, que obtém abrangência por meio dos gastos sociais. O orçamento do Estado além de remunerar a reprodução

trabalho, com os gastos obrigatórios como saúde, educação, transporte e etc., agora como uma nova fórmula remunera o capital financeiro. O capital financeiro além da sua volatilidade pelos mercados financeiros, e seu retorno lucrativo espetacular, agora é remunerado pela dívida pública. O Estado com déficit orçamentário precisa de financiamento e vende títulos da dívida pública; com os juros elevados a dívida aumenta. Com os crescentes déficits do Estado torna-se necessário que a dívida seja coberta, tornando esse sistema um ciclo virtuoso.

Após a eleição de FHC em 1994 o modelo neoliberal é impulsionado, há uma vitória com relação à queda da inflação, mas junto com a queda da inflação FHC mantém a moeda brasileira valorizada causando no futuro uma perda de competitividade da indústria. A taxa de juros é elevada facilitando os lucros para as instituições financeiras, que financiam o Estado com a compra de títulos públicos. Em 2002 Lula é eleito e segue esse mesmo modelo que FHC, moeda valorizada, taxa de juros elevada e naturalmente aumento da dívida pública. Com toda essa relação de políticas macroeconômicas que vem o aumento da dívida pública.

O papel do Estado é redesenhado para acumulação capitalista, o orçamento estatal serve de financiamento privado. A classe financeira dominante do modelo contemporâneo de exploração capitalista se apropria da estrutura do Estado para exercer o seu poder e acumular capital. Segundo Poulantzas (apud MILIBAND, 2008) “As diversas instituições sociais, em particular as instituições do Estado, não tem, estritamente falando, nenhum poder. As instituições consideradas do ponto de vista do poder, só podem ser relacionadas às classes sociais que portam poder”.

O Estado como “O Estado de bem-estar social” de servir os indivíduos fornecendo bem comuns, na lógica macroeconômica adotada e descrita na análise deste trabalho, adota mais uma função ao Estado: a reprodução do capital financeiro. A nova fórmula adotada para

acumulação de capital se torna hegemônica e passa despercebida, mas analisando todo o modelo adotado, as fissuras econômicas e sociais ficam evidentes para História.

Referências

ANDERSON, Perry. O Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir. Pós-Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MILIBAND, Ralph. Poulantzas e o estado capitalista. Crítica Marxista, n.27, p.93-104, 2008.